

Aprovada por maioria,
em sessão de 22-04-2015



24.FEV 2015



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

ATA Nº 10

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2015

----- Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu, no anfiteatro da Biblioteca Municipal de Gondomar e, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Gondomar. -----

----- A Mesa foi constituída como segue: -----

----- Presidente: Aníbal Jaime Gomes Lira. -----

----- 1º Secretário: António Fernando Oliveira da Silva. -----

----- 2º Secretário: Maria Teresa Rocha de Sousa Santos. -----

----- Verificou-se a presença dos Senhores Deputados: Ana Catarina de Sousa Pão Trigo, António José Valpaços Magalhães, António da Silva Sá Casal, Ana Sofia Ferreira da Silva, em substituição de Bruno Miguel Martins Vieira, Carlos Alberto Sousa da Costa, Sérgio Miguel Vieira Bastos, em substituição de Carlota Ferreira Brás César Teixeira, Carmina Maria dos Santos Lopes, Ermelinda Ferreira de Sousa Ferreira, Eugénia Maria de Sousa Braga Leite de Faria, Felisberto Ribeiro Almeida, Fernando Alicio Barreira Morais, Fernando Cerqueira, Idalina Maria Guimarães Batista Ribeiro Pereira, Ivo Daniel Moreira Capas, João Pedro Rodrigues de Sousa, José António da Silva Monteiro, Licínio dos Anjos Bandeira e Silva, Luís Afonso da Silva Pinto da Costa, Manuel António Leite dos Santos, Margarida Maria Oliveira da Silva, Maria Rosa de Sousa Oliveira, Mário Fernando Soares Filipe, Marta Filipa Brito da Fonseca, Nelson Jorge Sousa Neves, José Cardoso Marques, em substituição



24.FEV 2015

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

de Nuno Miguel Peixoto da Silva, Pedro Manuel Lopes Moura de Oliveira, Rui Manuel Lourido Nóvoa e Sandra Maria Martins Magalhães Loureiro Correia. Por inerência estiveram presentes: Nuno Miguel Ribeiro Coelho (Presidente da Junta de Freguesia de Baguim do Monte), Rui da Mota Correia (Presidente da Junta de Freguesia da Lomba), Nuno Filipe Brito da Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto), Daniel Filipe Oliveira Vieira (Presidente da União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova), Isidro Ferreira de Sousa (Presidente da União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo), José António da Silva Macedo (Presidente da União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim e José Manuel Soares de Andrade (Presidente da União das Freguesias de Melres e Medas). ----
----- Verificou-se a ausência dos Senhores(as): José Pedro Pinto Vieira Azevedo e Joana Daniela Baldaia de Resende. -----



24.FEV 2015

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

ORDEM DE TRABALHOS PARA A SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR, A REALIZAR NO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2015 (3ª FEIRA), PELAS 21 HORAS E 30 MINUTOS, NO ANFITEATRO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE GONDOMAR

A - Período de Antes da Ordem do Dia

B - Período da Ordem do Dia

1. Relatório do Senhor Presidente da Assembleia Municipal.
2. Discussão e votação da ata da sessão anterior (25-11-2014).
3. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia (bem como do seu substituto) para representar as Juntas de Freguesia deste Concelho no XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, a realizar nos dias 27 e 28 de março de 2015.
4. Propostas da Câmara Municipal sobre:
 - a) Terrenos – Desafetação do domínio público de parcela de terreno, sita na Rua de Chão Verde, na Freguesia de Rio Tinto”
 - b) Terrenos - Cedência de parcela de terreno por parte de Maria Amélia Pereira de Oliveira Ramos e Joaquim Martins Ramos, para alargamento da Rua Nossa Senhora da Aparecida, em Foz do Sousa, na Freguesia da União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo – Afetação ao domínio público municipal
 - c) Regulamento Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros – Transporte em Táxi”
 - d) Regulamento do Conselho Municipal de Segurança
 - * Elaboração e aprovação
 - * Indicação de 3 cidadãos de reconhecida idoneidade
 - e) Regulamento do Serviço Municipal de Proteção Civil
 - f) Projeto de Regulamento do Pavilhão Multiusos de Gondomar

24.FEV 2015



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

g) Projeto de Regulamento do Centro Cultural de Rio Tinto Amália Rodrigues

h) Procedimento concursal para a ocupação, por tempo indeterminado, de um posto de trabalho de Técnico Superior na área de Ciências da Educação

5. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gondomar – Pedido de indicação de membro para substituição de eleito em sessão de 28-02-2014.

6. Informação do Presidente da Câmara – Alíneas b) e c) do nº 2 do artigo 25º, conjugado com o nº 4 do Artigo 35º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (novembro, dezembro de 2014 e janeiro de 2015).

C - Período de Depois da Ordem do Dia

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

(Anibal Jaime Gomes Lira)



24.FEV 2015

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----
- PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – Foram apresentadas à Mesa duas moções, uma do Bloco de Esquerda sobre “Descentralizar sim, embuste não!”, e outra pelo Grupo Municipal da CDU, sobre “Delegação de competências”. -----
- RUI NÓVOA (BE) – Leu a **moção** entregue à Mesa, sobre “Descentralizar sim, embuste não!”, e Declaração política “A austeridade não cura, mata!”, que adiante seguem ---
- IVO CAPAS (CDU) - Leu a **moção** entregue à Mesa, sobre “Delegação de competências”, que adiante segue. -----
- IDALINA PEREIRA (PSD) – Leu e apresentou documento, sobre “alunos sem aulas práticas de Educação Física no Agrupamento de Escolas Vertical de Rio Tinto”, que adiante segue. -----
- ANA PÃO TRIGO (PS) – Leu e apresentou **documento**, sobre problemas da freguesia de Jovim, que adiante segue. -----
- FERNANDO CERQUEIRA (PS) – Leu e apresentou **documento** de “retrospectiva dos dezasseis anos de mandato”, que adiante segue. -----
- MANUEL ANTÓNIO SANTOS (PS) – Leu e apresentou **documento**, sobre “a navegabilidade do rio Sousa”, que adiante segue. -----



Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Gondomar

24.FEV 2015 24/2/15
H. M. Aires
9 Abot. etc.
Moção
JTC. 1
M

Descentralizar sim, embuste não !

O Decreto-Lei nº 30/2015, de 12 de fevereiro, recentemente publicado, estabelece o regime de delegação de competências nos municípios no domínio de funções sociais. Apresentado como o desenvolvimento da legislação autárquica aprovada pelo PSD e CDS/PP em 2013, dispõe que a execução da descentralização deve obedecer a princípios, como o não aumento da despesa pública do Estado.

É certo que se vive há demasiado tempo num país macrocéfalo. A centralização administrativa tem trazido prejuízos incalculáveis ao desenvolvimento harmonioso do país. O processo de decisão tomado a centenas de quilómetros não é eficiente nem eficaz, provoca desperdício financeiro, aprofunda as desigualdades territoriais e degrada a democracia.

De acordo com os dados do Eurostat, o peso dos gastos da administração local no total da administração pública em Portugal é em média 10 pontos percentuais inferior à média da União Europeia. E há até áreas em que Portugal integra o grupo dos países mais centralizados da OCDE.

A resposta constitucional à centralização é a regionalização. Mas esse não é o caminho que sucessivos governos têm percorrido. O governo atual do PSD e CDS/PP, depois de encerrar em inúmeros municípios, principalmente do interior, serviços públicos e equipamentos na área da educação, da saúde ou da justiça, vem agora apontar os contratos interadministrativos de delegação de competências como o caminho da descentralização administrativa. À pressa (as eleições são dentro de meses), sem respeitar a opinião da Associação Nacional de Municípios Portugueses e de quem está no terreno, sem estudos de impacto no desempenho dos serviços públicos, sem ter em conta as limitações financeiras e de pessoal das autarquias. **Delegação de competências não é descentralização.**

O município de Gondomar, como muitos outros, quer um país com coesão territorial, onde as autarquias e as populações tenham intervenção na procura de formas eficientes de satisfação das necessidades sociais básicas. Assim, a Assembleia Municipal de Gondomar, reunida em 24 de Fevereiro de 2015, delibera:

- 1 – Manifestar a sua discordância pelo rumo imprimido pelo governo quanto à concretização da descentralização democrática da administração prevista na Constituição da República (artºs. 6º e 237º);
- 2 – Apoiar a ANMP e o seu XXII Congresso a realizar em 27 e 28 de Março, na rejeição dos contratos interadministrativos de delegação de competências como meio de concretizar a tão necessária descentralização administrativa

O deputado municipal do Bloco de Esquerda

Rui NÓVOA

Rui Nóvoa



Bloco de Esquerda
Assembleia Municipal de Gondomar

24.FEV 2015

Declaração política

A austeridade não cura, mata !

A recente publicação pela Caritas Europa do relatório **“Pobreza e desigualdade estão a aumentar: são necessários modelos sociais justos”** vem confirmar os brutais impactos sociais dos programas de austeridade que estão a ser impostos aos povos da Europa.

Mais de 10 milhões de pessoas vivem em “privação material grave” e há 24 milhões de desempregados (quase 11% da força de trabalho) na União Europeia.

Também em Portugal, as crianças são dos grupos mais atingidos, a taxa de pobreza infantil está acima dos 22%.

O desemprego jovem é superior a 36%, muito acima da média europeia de 22,8%.

Mais de 10% dos trabalhadores vivem na pobreza, devido aos baixos salários. Os cortes nas pensões empurraram muitos idosos para situações de exclusão. No Orçamento de Estado para 2015 foram cortados mais de 700 milhões de euros na educação.

A emigração de jovens qualificados cresceu significativamente, o acesso aos apoios sociais foi dificultado, os cortes na saúde estão a matar gente nas urgências hospitalares.

O trabalho estável tem vindo a reduzir-se, a contratação coletiva abrange agora menos um milhão de trabalhadores do que há 5 anos.

Ainda de acordo com a Caritas Europa, no último ano Portugal foi o país que teve o maior aumento da taxa de risco de pobreza e exclusão social.

Outros dados comprovam que os programas de austeridade estão a ser, na prática, uma máquina de devastação social. No nosso país foram destruídos mais de 600.000 postos de trabalho, há mais de um milhão de desempregados e mais de 700.000 não têm qualquer apoio..

24.FEV 2015

A dívida pública portuguesa em comparação com o PIB (128%) é a segunda maior da Europa e não pára de aumentar: de 172 mil milhões € em Junho de 2011 passou para 217 mil milhões € em finais de 2014.

Com o atual governo, cresceu mais de mil milhões € por mês, 33 milhões € por dia, mais de um milhão de euros por hora...

O concelho de Gondomar vive também o flagelo da pobreza (com mais de 3.000 famílias a terem que recorrer ao RSI) e do desemprego (com mais de 14.000 desempregados, dos quais 1.365 possuem uma licenciatura).

Neste quadro de desigualdade, pobreza, precariedade e exclusão social, os resultados das eleições na Grécia constituem uma enorme janela de esperança numa vida com dignidade, progresso social e democracia efetiva para todos os povos da Europa.

O relatório da Caritas Europa recomenda, muito acertadamente, aos governos nacionais e autoridades locais para darem prioridade ao investimento, definirem uma estratégia de combate à pobreza e exclusão social e fortalecerem os sistemas de proteção social.

A austeridade, esse programa ideológico de aproximação ao modelo social asiático, não consta dos tratados constitutivos da União Europeia e viola a Constituição portuguesa e o direito europeu.

Também por isso o Bloco de Esquerda estará com todas as lutas dos trabalhadores e dos povos da Europa contra a austeridade, pelo emprego, por salários e pensões dignas, por serviços públicos de qualidade, pela democracia

O deputado municipal do Bloco de Esquerda

Rui Nóvoa

*Aprovado por
maioria / 9 abstenções*

*M
2/2015*

MOÇÃO
Sobre Delegação de Competências

Considerando que

1. A Constituição da República Portuguesa prevê que o "Estado é unitário e respeita na sua organização funcionamento o regime autonómico insular e os princípios de subsidiaridade da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da Administração Pública" (artigo 6º., nº 1).
2. A descentralização de poderes efetua-se mediante a transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, tendo por finalidade assegurar o reforço de coesão nacional e da solidariedade inter-regional e promover a eficiência e eficácia da gestão pública assegurando os direitos das populações.
3. A descentralização administrativa deve assegurar o princípio da subsidiaridade devendo as atribuições e competências ser exercidas pelo nível de administração melhor colocado para prosseguir com racionalidade eficácia e proximidade aos cidadãos.
4. A transferência de competências deve ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequados ao desempenho das funções transferidas, e não assumida, como a prática tem demonstrado, num processo de redução de investimento público e transferência de ónus e insatisfação para o Poder Local.
5. O Decreto-Lei sobre descentralização de competências aprovado em Conselho de Ministros em 15 de Janeiro de 2015, constitui-se no seu objetivo e fins, num processo de delegação de competências a concretizar através de contratos interadministrativos a celebrar com as autarquias que aderirem em áreas de grande complexidade (educação, saúde, segurança social e cultura), não separado da estratégia de destruição de políticas públicas e funções sociais do Estado que os governos há muito prosseguem.
6. A solução que, nesta matéria, possa vir a ser encontrada, deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, onde o Poder Local Democrático se assumira como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direção e conformação em sede de legalidade e mérito, em matérias que faça sentido à luz do princípio da complementaridade e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado.
7. O governo, ao invés, vem preconizar um modelo assente numa delegação de competências onde os próprios elementos de negociação e contratualização parecem encontrar-se reduzidos a pouco mais que uma possibilidade, manifestamente incompatível com a dimensão autonómica do Poder Local Democrático, de adesão dos Municípios a condições e objetivos pré-definidos.
8. A solução preconizada é incompatível com a autonomia do Poder Local, sendo mais um passo na sua subordinação a interesses e políticas que lhe são estranhas.
9. Mais do que novas competências, o que o Poder Local exige e necessita é de ver preenchidas as condições (financeiras, de autonomia e de política de pessoal) para o pleno exercício das competências que hoje fazem parte do acervo das responsabilidades das autarquias.

10. Não estão manifestamente reunidas as condições mínimas para um diálogo sério entre a Administração Central e a Administração Local dado o percurso de ataque, arbitrariedades e sonegação de meios que tem sido imposta às autarquias locais, para lá da comprovada má-fé com que tem conduzido os processos de transferência de competências em áreas como a educação, a proteção civil ou a rede de serviços públicos.
11. O processo de delegação de competências anterior abriu espaço e justificou em muitas situações a privatização de funções educativas, restringiu o carácter universal e gratuito do sistema de ensino, afetou a dignidade da carreira docente, constituiu um adicional fator de novos encargos para as autarquias que se dispuseram a dar o passo da contratualização.

A Assembleia Municipal de Gondomar, reunida no dia 24 de Fevereiro de 2015, delibera manifestar:

- O seu desacordo expresso face ao regime jurídico de delegação de competências para os Municípios nas áreas sociais aprovado no Conselho de Ministros de 15 de Janeiro de 2015;
- O seu repúdio face ao tratamento dispensado pelo Governo, ao longo de todo este processo legislativo, à ANMP e, conseqüentemente, aos Municípios portugueses e ao Poder Local Democrático;
- Apelar ao Congresso da A.N.M.P., a realizar em 27 e 28 de Março próximo, no diálogo institucional que lhe cumpre prosseguir, rejeite liminarmente esta proposta de contratos interadministrativos de delegação de competências e manifeste a disponibilidade para aprofundar a discussão duma verdadeira descentralização de competências conforme a C.R.P. prevê.
- Dar conhecimento desta moção a:
 - Associação Nacional de Municípios Portugueses
 - Grupos Parlamentares da Assembleia da República
 - Primeiro-Ministro

Gondomar, 24 de Fevereiro de 2015

Os eleitos da CDU,

24.FEV 2015



Boa Noite!

Sr. presidente da Assembleia, Sr. presidente da Câmara, membros da mesa, Sras e Srs. Vereadores, Sras e Srs.. Deputados e Público aqui presente.

O que me traz aqui hoje é um problema grave que ocorre no Agrupamento de Escolas Vertical de Rio Tinto.

As minhas questões, sobre este tema são direcionadas para a Sr. Vereadora da Educação e não só, o qual lamento muito, pois respeito e admiro todo o seu profissionalismo.

No jornal "Vivacidade" a notícia é escandalosa e lamentável. Esta Escola está sem aulas PRÁTICAS NA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, SIM!! REPITO SEM AULAS PRÁTICAS, desde de ABRIL do ano passado. Diz a Sra. professora que as ruas envolventes ao Agrupamento de Escolas Vertical de Rio Tinto ainda não estão concluídas. Estas são as ditas obras que começaram precisamente no início de setembro, o mês em que se dá o início ao ano letivo, foi mais uma vez um caos levar crianças tanto à escola básica, mas mais ainda à escola primária, em que muitas das vezes as crianças chegavam à escola já todas molhadas. E como não podia deixar de ser, estas ruas ainda se encontram por terminar e longe de estarem concluídas. E como diz a Sra. Professora "a obra está a decorrer dentro da normalidade, só os prazos é que estão a falhar, lamento que isto aconteça sistematicamente em Rio Tinto". Mais grave ainda é que este agrupamento encontra-se em obras há seis anos.

Em letras gordas o jornal informa que os alunos poderão ter aulas noutros pavilhões, e por isso explica a Sra. Vereadora que em articulação com a escola fizeram um levantamento das turmas e da sua carga horária.

Agora pergunto: como é que vai ser feita esta articulação? Pois os horários foram feitos no início de setembro não tendo previsto toda esta trapalhada de deslocação de alunos; Vão ser feitos novos horários para o terceiro período? Sim porque o segundo período está quase a terminar.

Mas mais lamentável desta notícia é:

ALUNOS SEM AULAS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA COM NOTAS NEGATIVAS.

Com certeza que os professores estão a cumprir com toda a planificação, e a trabalhar com todas as ferramentas possíveis. E como sabemos as notas são dadas perante o empenho e trabalho dos alunos.

Mas fico triste que por causa de erros sistemáticos da autarquia (Câmara Municipal de Gondomar); seja posta em causa o trabalho dos professores, quando estes e os próprios alunos, são os que estão a fazer um esforço além do que é possível e a serem os mais prejudicados, pois tem que tornar as aulas práticas em teóricas, durante um ano letivo e meio.

Idalina Pereira

24.FEV 2015

24 de Fevereiro de 2015



Boa noite,

Exmo. Pres. Assembleia Municipal e Mesa

Exmo. Sr. Vice Pres. Câmara Municipal

Exmos. Srs. Vereadores

Caros Srs. Deputados e Presidentes de Junta

Boa noite a todos os presentes

“O costume português é deixar-se tudo em palavras mas palavras que são bolas de sabão deitadas ao ar para distrair pequeninos de seis anos.” Florbela Espanca

Espero que as próximas palavras que ireis, aqui, ouvir, não sejam meras bolas de sabão deitadas ao ar para distrair os mais pequeninos... Sendo que os mais pequeninos não são para mim, aqueles que da pouca experiência de vida se distraem com meras bolinhas de sabão, mas aqueles que da muita experiência que possuem, conseguem permanecer distraídos ao longo dela.

Sou filha de uma terra de gentes simples e humildes, uma terra onde, ainda hoje, se respira ar puro e se podem ver campos de cultivo ao abrir de uma janela, onde as crianças ainda podem tocar, cheirar e sentir a natureza como sua. Cresci na freguesia de Jovim, da qual muito me orgulho. No entanto, cresci a ouvir a célebre frase “Tu vives no fim do Mundo!”. Parcas palavras, para quem nunca viu o fim do mundo, mas pôde, um dia visitar Jovim, uma freguesia, esquecida no tempo e espaço do nosso concelho, pelo anterior executivo. De mal o menos, antes das últimas eleições, tínhamos um presidente de junta que se dirigia, todos ou quase todos os dias às suas instalações e se disponibilizava a ouvir os seus conterrâneos e a anotar as suas preocupações e reivindicações... Sejam justos, até porque não corroboro com a política do contra porque sim... No entanto, talvez por não querer ferir suscetibilidades de parceiros antigos ou por não ter autonomia para tal, muitas promessas foram com o vento, como meras bolinhas de sabão.

Atualmente, o cenário muda de figura, mudanças houveram e que mudanças.... Se por um lado temos, hoje, um executivo de câmara disponível para nos ouvir, anotar e responder às nossas reivindicações; por outro, nem sempre ou quase nunca, temos presidente de junta de freguesia. Ah, peço perdão, de uma união de freguesias, em que uma delas é um filho bastardo certamente... Jovim, claro!

24.FEV 2015



O atual executivo da Câmara Municipal de Gondomar, fez questão, e muito bem, de conferir um maior poder financeiro às Uniões de Freguesias, dado que estas se encontram mais próximas da população e para que possam junto da mesma resolver mais rapidamente ou minimizar os seus problemas. Eu própria aprovei esse orçamento e continuo a aplaudir essa iniciativa. No entanto, o atual executivo da União de Freguesias de Jovim, S. Cosme e Valbom não parece estar a fazer usufruto dessa autonomia, ou pelo menos não o faz no que à Freguesia de Jovim diz respeito.

Se antigamente tínhamos uma Freguesia sem Esquadra de Polícia, sem Centro de Saúde, sem Quartel de Bombeiros, com uma precária rede de transportes, com Património Centenário a degradar-se, como é o caso das instalações da antiga Junta de Freguesia... mas com presidente... Agora, continuamos a ter tudo isto, menos presidente! Os Jovinenses estão atentos, tenham calma... Já temos uma nova caixa de Multibanco!

Como se não fosse o bastante, pede-se o obséquio de se colocarem duas lâmpadas à saída de um Jardim de Infância, tarefa árdua e dispendiosíssima, para que crianças de 3, 4 e 5 anos não saiam às escuras ao final da tarde e lâmpadas nem vê-las... pois continuamos às escuras, ver era difícil. Esta entre outras questões que estarei na disposição de voltar à apresentar a quem de direito, se assim o entender, uma vez que colocam em perigo o nosso bem mais precioso, as crianças!

Para terminar, não posso deixar de agradecer ao atual executivo da Câmara, nas pessoas do Sr. Presidente, Dr. Marco Martins e da Vereadora Dr.ª Aurora Vieira, a disponibilidade com que receberam e responderam às reivindicações da Associação de Pais do Jardim de Infância de Jovim, da qual faço parte.

Aproveito o momento para pedir a este mesmo executivo, atento e com disponibilidade para todos os Gondomarenses, sem exceção, que verifiquem aquilo que não é feito por quem o deveria fazer e que continuem recetivos às propostas relativas ao muito que, ainda, pode ser desenvolvido na freguesia de Jovim nos próximos anos de mandato.

Quanto ao atual executivo da União de Freguesias, termino reivindicando, em nome de uma grande maioria de Jovinenses que ponha em pratica a execução da autonomia financeira que lhe foi conferida, em todas as freguesias sobre as quais tem responsabilidade, que dê um pouco mais do seu tempo para visitar a nossa freguesia, ouvir as suas gentes... humildes, mas atentas!

Tenho dito.

Ana Pão Trigo

Deputada do Partido Socialista

24.FEV 2015

Handwritten signature and initials in the top right corner. The initials appear to be 'M' and 'P' with a circled '1' next to them.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Exmos. Senhores Secretários da Mesa desta Assembleia Municipal,

Exmo. Senhor ~~Presidente da~~ Câmara Municipal,

Exmos. Senhores Vereadores desta Câmara Municipal.

Caros Colegas Deputados,


Exmos. Senhores Presidentes de Junta,

Minhas senhores e meus senhores,

Após 16 meses de mandato, entendemos que é altura de fazer uma retrospectiva do muito que já foi concretizado pelo actual Executivo, a quem nos incumbe fiscalizar e apreciar, bem como tentar sensibilizar o mesmo para alguns Projectos importantes para o Concelho, justamente numa altura para o País em que as bases para o lançamento dos Grandes Investimentos do País começam a ser implementadas pelo novo Quadro de Referência Estratégico Nacional onde se integram Programas como o Horizonte 2020, o COMPETE ou, especificamente destinado à Região do País onde nos inserimos o Norte 2020.

Na verdade, Senhor Presidente, não podemos deixar de reconhecer a dinâmica e o retorno à actividade plena dos vários serviços da Autarquia, muitos deles absolutamente paralisados nos últimos anos de mandato de quem antecedeu a actual Câmara, duma forma absolutamente incompreensível e, direi mais, até irresponsável.

24.FEV 2015


②
P


Hoje, todos os serviços têm equipamento adequado e perfeitamente funcional, existe uma nova estrutura orgânica perfeitamente apta a responder às necessidades dos nossos munícipes, ao nível operacional fizeram-se investimentos importantes na renovação de frotas de carrinhas, camiões e automóveis, que para além de garantirem uma muito maior prontidão e disponibilidades imediatas, não gastam incontáveis horas de paralisação com os consequentes milhares e milhares de euros para manutenções, como acontecia anteriormente. Hoje, já se vêem máquinas, equipamentos e pessoal operacional da Câmara nas ruas em trabalho visível e permanente. Nota-se uma muito maior motivação dos profissionais que trabalham na Câmara em prol da População. Gostamos de enaltecer isto porque essa prontidão e eficiência eram absolutamente imperiosas e a População exigia-o com pertinência.

O relacionamento com as Juntas de Freguesia é absolutamente exemplar e paradigmático, inclusive, no quadro da Área Metropolitana do Porto, já que o Município de Gondomar é já hoje um dos que mais meios e competências delega nas Juntas de Freguesia. Nunca como hoje as Juntas de Freguesia tiveram tantos meios humanos, logísticos e financeiros à sua disposição para a prossecução das suas competências, mas também para poderem exercer domínio sobre actividades que extravasam as suas competências próprias e mesmo as delegáveis. Tal só acontece porque finalmente à Liderança do Município chegou uma Equipa com uma Sensibilidade absolutamente diferente daquilo que deve ser o Quadro Institucional da relação entre Câmara e Juntas.

24.FEV 2015

3



Notável o esforço da Autarquia na reparação, correcção, melhoramento e modernização das vias rodoviárias do Concelho, a esmagadora maioria delas completamente degradadas e onde os danos e incómodos causados aos munícipes eram elevadíssimos, bem como a própria segurança de automobilistas e peões era negligenciada. Resolução de problemas que não revestiam de excepcional complexidade mas que se traduziam em preocupações efectivas do Quotidiano das pessoas.

O nível de proximidade no relacionamento entre a Autarquia (designadamente dos seus responsáveis) com a População é incomensuravelmente diferente. Hoje todos são atendidos, com prontidão e com imensa consideração sobre aquilo que são as suas preocupações.

No relacionamento institucional e enquanto Concedente nas duas Concessões existentes no Concelho, seja no abastecimento de água e saneamento, seja na recolha de resíduos sólidos urbanos e na limpeza urbana, o Município tem sabido exigir o cumprimento do que o Contrato de Concessão com as Águas de Gondomar, S.A, determinava e, para além disto, até já se conseguiu uma revisão do mesmo contrato em condições que os Munícipes começam a reconhecer que são mais vantajosas do que as que existiam anteriormente. Houve e existe permanentemente uma vigilância apertada sobre o cumprimento das obrigações contratuais à concessionária e hoje o nível de queixas sobre os problemas na rede ou com a execução de empreitadas levadas a cabo por aquela, é substancialmente inferior.

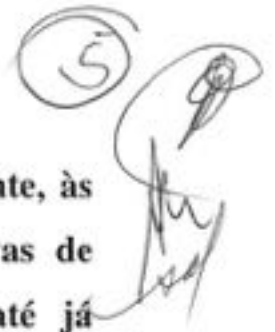
24.FEV 2015

Outra situação também relacionada com a articulação e monitorização do cumprimento de um contrato de concessão, diz respeito ao Contrato de Concessão celebrado entre a Câmara Municipal de Gondomar e a Rede Ambiente, onde actualmente se nota um nível de cumprimento e execução do contrato completamente diferente daquilo que acontecia há dois anos. Verdadeiramente, hoje, os recursos quer humanos, quer mecânicos e materiais afectos à execução daquele, estão a cumprir o que está estipulado, em todas as Freguesias, já até com articulação com as próprias Freguesias.

No início deste mandato impunha-se uma atitude muito mais proactiva no sentido de levar ao cumprimento das exigências do contrato de concessão, fosse ao nível dos percursos de recolha de resíduos, horários dos mesmos, regularidade, frequência, deslocação e utilização de varredoras mecânicas nas ruas, bem assim como, ao nível da limpeza urbana, da limpeza de arruamentos e de bermas e valetas, a situação não era nada positiva, havia inúmeras queixas quer de Múncipes, quer de autarcas das Freguesias. Também aqui se nota um nível de diminuição das queixas e dos reparos, dado que a articulação tem existido e a resposta tem sido pronta.

Tudo isto são méritos claros que apenas podem ser assacados à atitude de persistência, vigilância e sensibilização das concessionárias, o que tem permitido uma diminuição das queixas, um aumento na qualidade da prestação dos serviços e uma maior qualidade de vida para os Gondomarenses.

Há mais duas áreas que não podemos deixar de sublinhar e enaltecer, quer pela dinâmica demonstrada quer pela diferença já



vincada com mandatos anteriores. Referimo-nos, como é evidente, às áreas da Cultura, onde o nível de concretização de iniciativas de elevada qualidade aumentou duma forma incontestável e até já reconhecida por muitos agentes culturais de fora do Concelho, de que é exemplo, só a título enunciativo, o aproveitamento permanente e rentabilização duma infraestrutura como é a Casa Branca de Gramido, agora com programação e actividades permanentes, quando antes era um “Elefante Branco” a que ninguém parecia querer ou saber dar destino.

Outra área com forte dinâmica e pendor claramente proactivo, tem a haver com a dinamização do potencial turístico do Concelho, a participação permanente em iniciativas de promoção e divulgação do nível de atractividade de Gondomar, designadamente dos seus 30 kms de frente de Rio, bem como a tentativa consistente de sensibilização dos principais operadores turísticos do País e do Norte de Portugal para que comecem a integrar nos seus programas os locais de atracção de Gondomar.

Em resumo e sem deter, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista reconhece o enorme esforço e empenho da actual Câmara para reverter um cenário de secundarização absoluta de Gondomar no quadro quer da Área Metropolitana, quer mesmo no todo nacional. Deixamos de ser o parente pobre e eternamente a marcar passo da Área Metropolitana, apenas conhecido pelos piores motivos e razões e passamos a ser vistos como um Concelho de Pessoas Honradas, Sérias, Trabalhadoras e Capazes de prosseguir Novos Horizontes e visar a concretização de objectivos mais ambiciosos tendentes à melhoria da qualidade de vida das Populações, à valorização do potencial do

24.FEV 2015



Concelho, à implementação de projectos mobilizadores e à resolução de problemas concretos que se arrastavam há anos sem qualquer avanço.

Aqui chegados e para terminar, manifestamos o desejo de que Gondomar e a sua Câmara, aproveitando o seu potencial e as oportunidades que surgem agora com os Programas Horizonte 2020 e Norte 2020, não deixe de submeter candidaturas e projectos fundamentais para a contínua melhoria da qualidade de Vida dos gondomarenses mas, simultaneamente, em lugar de se apostar em “elefantes brancos”, como o Parque Tecnológico da Ouriversaria, ao qual também teve que ser este Executivo a encontrar soluções de viabilização, se aposte na submissão de candidaturas que tragam valor acrescentado ao Município, captação de novos investimentos, criação de novos postos de trabalho e diversificação da actividade económica, na certeza de que, terá no Grupo Parlamentar do Partido Socialista um actor atento e vigilante mas, simultaneamente, colaborante na prossecução destes objectivos.

Muito obrigado!!
Grupo Parlamentar Socialista do P.S.
Francisco Lopez



Partido socialista

Navegabilidade do Rio Sousa

Proposta recomendação

O Rio Sousa é um afluente do Rio Douro que vai desaguar na freguesia da Foz do Sousa/Covelo, atravessando parte do concelho de Gondomar. No passado, serviu para abastecimento de água a toda a área metropolitana do Porto.

Este Rio foi navegável, servindo de transporte de pessoas e bens transacionáveis, como o vinho, madeira e outros de produtos agrícolas.

Serviu também de embarcadouros de transporte de carvão das antigas minas de Midões - Covelo, com destino à cidade do Porto.

Trata-se de um Rio que reúne uma série de fatores favoráveis ao desenvolvimento turístico e de lazer, práticas desportivas e pesca, entre outros.

Há condições naturais para a navegabilidade do Rio, numa distância de mais de dois mil metros. Esta riqueza, valorizada pela nobreza paisagística do Rio Douro, poderá contribuir para a expansão do crescimento turístico do nosso concelho.

No seu habitat natural, possui uma admirável orla ribeirinha, muito verdejante, sendo dos pontos excelentes para a proliferação de animais e aves selvagens e migratórias, em equilíbrio com a vida aquária, na desova de peixes vindos das águas salgadas.

Este Rio constitui ainda uma mais-valia no combate a incêndios, na recolha de água por parte dos bombeiros, quer por meios térreos, quer por via aérea.

O projeto proposto constituirá um polo de desenvolvimento para a Freguesia de Foz do Sousa/Covelo (Gondomar) gerando postos de

24.FEV 2015

trabalho, dinamizando a gastronomia local e protegendo a área envolvente do vale do Sousa.



Tal bem da natureza não deve ser ignorado nem desprezado. Deve sim, ser protegido pois é um pulmão de Gondomar. Desprezar esta riqueza é comprometer, o futuro, dos gondomarenses.

Acreditamos que esta preocupação é extensível a todos os autarcas que desempenham funções de melhoramento e de compromisso, eleitoral no nosso município e que estarão disponíveis para valorizar e enriquecer o nosso concelho.

Considerando que temos agora o novo quadro comunitário de apoio (Eixo Atlântico 2015-2020), abre-se uma porta no sentido de incrementar o emprego no concelho de Gondomar.

Assistimos nestes últimos anos ao desertar de muitas famílias do Alto Concelho, por não haver zonas industriais e de aproveitamento turístico em todo o vale do Rio Sousa e Douro, ou seja, por não haver oportunidades de emprego.

Chegou a hora de abraçar esta oportunidade, pensando no futuro das novas gerações, acabando com a despovoação no Alto Concelho, incentivando com novas oportunidades aos mais jovens. Não se deve ignorar esta realidade mas sim, procurar ação de desenvolvimento para o nosso município.

Estamos persuadidos, que o turismo é uma bandeira deste executivo. Que muito aplaudimos, provavelmente, no futuro, será sustentabilidade de muitas famílias, todo passará, pelo aproveitamento, que dermos a esta riqueza que a natureza nos brindou, estou a falar da água que passa nos nossos rios.

Sendo assim;

Recomenda-se:

1- Limpeza nas zonas ribeirinhas a 8 metros da linha de água; no vale do Sousa e Ferreira,

24.FEV 2015

- 2- Desobstrução das árvores e remoção do tubo em ferro da linha de água;
- 3- Reconstrução da levada junto ao Centro de Saúde;
- 4- Melhoramento das acessibilidades ao Rio Sousa;
- 5- Manutenção das condições de salubridade em toda a orla ribeirinha
- 6- Uma mini marina junto a' foz do rio sousa
- 7- Uma placa informar a foz, do rio Sousa

Esta minha advertência, poderia ser dispensada, pois sabemos da vossa dedicação (executivo) em defesa de valores, que temos no município. Acreditamos no seu crescimento e no interesse na mudança, por um Gondomar, atrativo turístico

Término esta minha recomendação, em voz poética, lutar e recomendar tudo vale a pena, ((Gondomarenses merecem))

MANUEL ANTONIO

24.FEV 2015



A handwritten signature in black ink, appearing to be 'A. Valpaços'.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

-----ANTÓNIO VALPAÇOS (CDU) – Muitos se recordam que na última sessão da Assembleia Municipal, foi aqui colocado um problema grave que continua a afetar os cidadãos dos Lugares da Sousa, Jancido e Compostela por causa das tarifas que estão a ser cobradas por causa das ligações de saneamento e as perguntas que trago aqui são muito concretas, e são dirigidas ao executivo municipal que são na sequência da moção que aprovamos aqui. Uma das questões que colocamos foi recomendar à Câmara Municipal que propusesse à Empresa Águas de Gondomar a suspensão imediata da cobrança num prazo que não fosse inferior a três meses e esse prazo termina amanhã e a resposta já sabemos porque as pessoas continuam a receber as cartas. Queríamos saber se a Câmara Municipal fez essa recomendação e se o fez, qual foi a resposta. A segunda questão, foi também recomendar à Câmara que iniciasse o processo de revisão das tarifas, que estivemos todos de acordo que são violadoras dos princípios da igualdade e equidade e se já iniciou esse processo e se o fez qual a resposta. Por último, chegou ao conhecimento do Grupo Municipal da CDU que a Comissão de Utentes da Foz do Sousa esteve reunida com a Câmara Municipal no sentido de tentar resolver este assunto e também aguarda resposta e que uma das questões que também aguardam resposta é que há um grupo de cidadãos com dificuldade em fazer os pagamentos mesmo em prestações, com reformas muito baixas. Foi colocada a questão se há alguma forma de dar apoio a estas pessoas e se sim, em que moldes é que pretende fazer. Outra pergunta tem a ver com os casos semelhantes, como em S. Pedro da Cova, houve uma redução de vinte e cinco por cento no total a pagar e era para saber se neste sentido houve alguma resposta. -----

24.FEV 2015



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- ANTÓNIO SÁ CASAL (PSD) – Tenho passado recentemente na estrada que liga Baguim à Formiga (Rua D. António Castro Meireles) e tenho notado que as tampas estão desniveladas e peço que essa situação seja corrigida. -----

----- RUI CORREIA , Presidente da Junta de Freguesia da Lomba – Agradecer ao executivo pela entrega das carrinhas às Juntas de Freguesia. A Lomba teve uma carrinha de caixa aberta, que dá muito jeito, facilita os trabalhos no dia a dia. -----

----- VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Julgo que se justifica a intervenção da Câmara Municipal em esclarecer os diferentes assuntos. Vou dar a palavra à Senhora Vereadora Drª Aurora Vieira para esclarecer a questão relacionada com as escolas. --

----- VEREADORA DRª AURORA VIEIRA – A Junta de Freguesia não tem a ver com aquele processo, é da responsabilidade da Câmara Municipal e é um dos processos que tem várias fases. Primeiro, aquela obra se não tivesse sido posta em execução logo à nossa tomada de posse, perdíamos o financiamento, já devia estar feita há três anos atrás, foi uma obra que tivemos que por em andamento rapidamente, foi uma das obras relacionadas com a empreitada da remoção dos amiantos e nesta o empreiteiro não cumpriu os prazos, também envolvia as ruas ao redor da escola e deram mais prioridade às ruas que abrangia mais gente em dificuldades, lamento, tenho estado sempre em contacto com a direção da escola e para lhe dizer que está ultrapassada a questão que colocou e que foi notícia por parte de professores e alguns pais. Dizer que os professores de Educação física não foram prejudicados, estiveram praticamente dois meses sem trabalhar, o que foi mau. Houve uma reunião do Conselho-Geral na passada quinta-feira sobre este assunto. Dizer que de facto, para além do atraso da obra, acho que os alunos não foram bem considerados, já disse em órgão próprio, se há quem não



24.FEV 2015

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

tem culpa e está a ser lesado por isto são os alunos, dar mais de cinquenta por cento de negativa a alunos que não têm culpa de não ter ginásio, mas não é a Câmara que decide a avaliação. Relativamente às aulas práticas de educação física, tentou-se que a obra ficasse acabada em janeiro, uma vez que não foi, a Câmara disponibilizou meios e locais, como fazer as aulas nas piscinas e estudar para ser um programa de futuro, de terem aulas de natação para o primeiro ciclo, também vários pavilhões e a direção da escola decidiu fazer em pavilhões, estão a ser transportados para o pavilhão de Fânzeres e de Carreiros em acordo com a escola. No que diz respeito à participação dos alunos, isto não é inédito, já aconteceu noutras escolas, os alunos são deslocados a expensas do dono da obra para o local e à atividade curricular foram dadas as condições para que os alunos possam fazer as aulas práticas. -----

----- VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Quanto à questão colocada pelo Senhor Deputado António Valpaços, vou dar a palavra ao Senhor Vereador Fernando Moreira, que está com o assunto. -----

----- VEREADOR FERNANDO MOREIRA – Para responder ao Senhor Deputado da CDU, quero dizer, que desde a primeira hora o Grupo Parlamentar do Partido Socialista está empenhado e sempre ao lado das populações. Temos reunido várias vezes com os representantes da população da Foz do Sousa que é a CAUS e com eles temos articulado todas as possibilidades de minimizar os custos, este assunto é um assunto delicado, este executivo quando cá chegou já existia. No executivo anterior houve um desconto de vinte e cinco por cento e todos sabemos que em Assembleia Municipal foi votado o alargamento do prazo da concessão, de vinte e cinco para trinta anos e portanto quem pagou este desconto não foi a empresa Águas de Gondomar, mas sim, os munícipes de Gondomar. Quando cá

24.FEV 2015



A handwritten signature in black ink, appearing to be 'M. S. S.' or similar, written in a cursive style.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

chegamos havia em discussão em cima da mesa, um processo de reequilíbrio muito duro e penoso para a população de Gondomar. Já foi aqui explicado várias vezes por este executivo, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, após várias reuniões com a empresa Águas de Gondomar, várias considerações que levamos a cabo e trouxemos a aprovação a esta Assembleia o novo reequilíbrio que foi aprovado por todos. O caso concreto da Foz do Sousa, e para responder à questão, não conseguimos parar os editais, as notificações para o pagamento, mas propusemos à empresa que o fizesse, que entenderam não o fazer. Após algumas discussões conseguimos que as pessoas pagassem em setenta e duas prestações sem apresentarem documentos de insuficiência económica e as Águas de Gondomar assumiram esse esforço. Também é verdade que a CAUS reuniu algumas vezes com as Águas de Gondomar e também com eles chegaram a alguns acordos, as Águas voltaram a discutir connosco e o que está em discussão em cima da mesa, que é pertinente, estamos em negociações com as Águas de Gondomar, é o desconto dos vinte e cinco por cento, isto é um assunto que não está encerrado para nós, somos dos mais interessados em resolver este assunto, é um assunto que está a ser analisado. Queria aqui deixar um esclarecimento, todas as pessoas que estão a aderir ao pagamento do ramal, quer em prestações ou na totalidade e se isso ficar resolvido o dinheiro é-lhes restituído. Em setecentos editais que a Águas de Gondomar enviou para os municípios de Foz do Sousa, neste momento a taxa de ligação está nos setenta por cento. Quando falamos de águas residuais estamos a falar de saúde pública, independentemente de que a taxa hoje fosse de cem por cento, a ideia dos vinte e cinco por cento está em discussão a de ligação hoje não se discute só a situação da Foz do Sousa, numa

24.FEV 2015



A handwritten signature in black ink, appearing to be 'M. Sá Casal'.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

parte do Alto do Concelho o que ficar acordado para a população da Foz do Sousa vai ser extensível para o Alto do Concelho. -----

----- VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Gostaria de dar conta ao Senhor Sá Casal, tem pertinência a sua intervenção, é verdade que a Rua D. António Castro Meireles foi recentemente objeto de beneficiação e também é verdade, como aqui referiu, que há uma série de tampas que estão baixadas, essa situação já foi sinalizada pela Câmara Municipal, já foram contactadas as Águas de Gondomar para corrigir a situação, fica aqui o registo da sua intervenção, a Câmara Municipal vai insistir para a resolução dessa situação o mais breve possível. -----

----- VOTAÇÃO DAS MOÇÕES: -----

----- MOÇÃO DO BE, “Descentralizar sim, embuste não!”: Aprovada por maioria, com 9 abstenções. -----

----- MOÇÃO DA CDU, sobre “Delegação de Competências”: Aprovada por maioria, com 9 abstenções. -----

----- Terminado o Período de Antes da Ordem do Dia e reconhecida a urgência por *unanimidade*, dos membros presentes, nos termos do disposto no artigo 19º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 442/91, de 15 de novembro e do artigo 50º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, foi admitido o seguinte ponto não incluído na ordem do dia: -----

----- **Pedido de suspensão do mandato da Deputada Senhora Carlota Ferreira Brás César Teixeira, por um período de três meses.** -----

----- Aceite por unanimidade. -----

24.FEV 2015



A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Lu' followed by a flourish.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

----- 1. Relatório do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- PRESIDENTE DA MESA – Nunca foi norma na Assembleia Municipal, a Mesa e o Senhor Presidente, apresentarem ao fim de um ano a representação da Assembleia Municipal no município e fora dele e entendi por bem que os Senhores Deputados deveriam ter conhecimento da atividade da Assembleia Municipal e dizer também que o nosso trabalho não se esgota nas sessões ordinárias e extraordinárias e para dignificar um órgão que deve ser dignificado, deve ser ouvido e deve fazer-se ouvir e resolvi elaborar este pequeno escrito.-----

----- 2. Discussão e votação da ata da sessão anterior (25-11-2014). -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com 2 abstenções (1 PS + 1 PSD). -----

----- 3. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia (bem como do seu substituto) para representar as Juntas de Freguesia deste Concelho no XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, a realizar nos dias 27 e 28 de março de 2015. -----

----- Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, foi apresentada uma **proposta**, que indica como efetivo, o Senhor *Nuno Filipe Brito da Fonseca*, Presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto e como suplente, o Senhor *Nuno Miguel Ribeiro Coelho*, Presidente da Junta de Freguesia de Baguim do Monte, que adiante segue. -----

----- VOTAÇÃO DA PROPOSTA (escrutínio secreto): 23 votos “Sim”, 14 votos “Branco” e 1 voto “Não”. -----

24.FEV 2015

Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Assembleia Municipal de Gondomar

Aprovada com
23 votos a Favor
14 votos Branco
1 voto contra

PROPOSTA

No âmbito do Ponto 3) da ordem de trabalhos, Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia (bem como do seu substituto) para representar as Juntas de Freguesia deste Concelho no XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses a realizar nos dias 27 e 28 de março de 2015, propomos os seguintes Presidentes de Junta:

EFETIVO: Nuno Filipe Brito Fonseca

(Presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto)

SUPLENTE: Nuno Miguel Coelho

(Presidente da Junta de Freguesia de Baguim do Monte)

Gondomar, 24 de fevereiro de 2015



Jose Manuel Soares de Aguiar


24.FEV 2015



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- 4. Propostas da Câmara Municipal sobre: -----

----- a) Terrenos – Desafetação do domínio público de parcela de terreno, sita na Rua de Chão Verde, na Freguesia de Rio Tinto” -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

----- b) Terrenos - Cedência de parcela de terreno por parte de Maria Amélia Pereira de Oliveira Ramos e Joaquim Martins Ramos, para alargamento da Rua Nossa Senhora da Aparecida, em Foz do Sousa, na Freguesia da União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo – Afetação ao domínio público municipal. -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

----- c) Regulamento Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros – Transporte em Táxi” -----

----- VOTAÇÃO: Aprovado por unanimidade. -----

----- d) Regulamento do Conselho Municipal de Segurança -----

----- VOTAÇÃO: Aprovado por unanimidade, nos termos do nº 1, do artigo 6º da Lei nº 33/98, de 18 de julho. -----

----- * Indicação de 3 cidadãos de reconhecida idoneidade -----

----- Interveio o Senhor Deputado Fernando Cerqueira, que apresentou uma proposta, para efeitos da alínea r) do artigo 4º, do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, que indica os seguintes cidadãos: *Manuel de Sousa Ramos Meireles, Deocliciano de Jesus Ferreira de Carvalho e Renata Linda Oliveira Graça Pacheco*, que adiante segue. -----

----- VOTAÇÃO DA PROPOSTA (escrutínio secreto): 21 votos “Sim”, 16 votos “Branco” e 1 voto “Não.”-----



24.FEV 2015

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Afrodite
com 21 votos favor
16 votos contra
1 voto combrã

Ponto n.º 4, alínea d), da Ordem de Trabalhos - LISTA DE CIDADÃOS PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe para integrar o Conselho Municipal de Segurança, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 5.º, da Lei n.º 33/98, de 18 de julho, os seguintes cidadãos:

- MANUEL DE SOUSA RAMOS MEIRELES, residente na Rua Capela da Lagoa, 39, 1.º, Esq.º, em Valbom;

- DEOCLICIANO DE JESUS FERREIRA DE CARVALHO, residente na Rua da Presa de Fora, 192, 4435-784, Freguesia de Baguim do Monte;

- RENATA LINDA OLIVEIRA GRAÇA PACHECO, residente na Rua das Minas, 180, Zebreiros, 4515-153 Foz do Sousa.

Gondomar, 24 de fevereiro de 2015

O Grupo Municipal

24.FEV 2015



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- * **Elaboração e aprovação** -----

----- VOTAÇÃO: Aprovado por unanimidade. -----

----- e) **Regulamento do Serviço Municipal de Proteção Civil** -----

----- VOTAÇÃO: Aprovado por unanimidade. -----

----- f) **Projeto de Regulamento do Pavilhão Multiusos de Gondomar** -----

----- VOTAÇÃO: Aprovado por unanimidade. -----

----- g) **Projeto de Regulamento do Centro Cultural de Rio Tinto Amália Rodrigues** ---

----- NUNO FONSECA, Presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto – Felicitar a Câmara por este regulamento, independentemente de questões formais, acho que finalmente há um projeto, deixar um equipamento daqueles estar fechado em Rio Tinto, finalmente houve coragem de resolver a situação. -----

----- VOTAÇÃO: Aprovado por unanimidade. -----

----- h) **Procedimento concursal para a ocupação, por tempo indeterminado, de um posto de trabalho de Técnico Superior na área de Ciências da Educação** -----

----- IDALINA PEREIRA (PSD) – Leu documento, que adiante segue.-----

24.FEV 2015



Mais uma vez boa noite!

Em primeiro lugar este ponto está pouco claro e legal.

Se bem entendo este concurso foi aberto, ainda pelo anterior executivo, o qual não deu continuidade devido á situação que decorria nesse ano. Deixando assim para o próximo executivo a decisão sobre a continuidade de abertura, deste mesmo concurso.

Após o exposto foi realizado o concurso, do qual foi selecionada uma candidata. Após a seleção da candidata, foram apresentadas por outra candidata, denúncias graves alegando, que este concurso foi feito com bases ilegais.

Mas antes desta seleção o executivo propôs por duas vezes à assembleia o prerugamento do concurso. Esta é a terceira vez e em todas elas foi ultrapassado o prazo legal.

Agora pergunto? Este concurso preenche os requisitos necessários imposto pela lei do orçamento de estado, para a contratação de novo pessoal?

Há ainda a possibilidade de mais uma vez prolongar o concurso?

Não estará este concurso, desde o início da abertura e que foi efetuada pelo atual executivo feito com bases ilegais.

Quantas vezes mais vamos prolongar este fecho?

Não estarão todos que votarem a favor desta proposta, a cometerem ilegalidades?

Idalina Pereira

24.FEV.2015



A handwritten signature in black ink, appearing to be 'M. S. S. S.' followed by a flourish.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- VEREADORA DRª SANDRA BRANDÃO – Os concursos são abertos e depois de abertos tem um período de seis meses para ficarem concluídos, quando não são concluídos nesse prazo, ficam suspensos. Os processos foram tratados, ainda numa fase embrionária, quase desde o início, só não foram abertos por este executivo. Relativamente a este concurso houve reclamações, foi analisado o procedimento concursal desde o início, o que levou a que o processo não ficasse concluído dentro do prazo e ter de vir de novo à Assembleia Municipal. --

----- VOTAÇÃO: Aprovado por maioria, com 8 votos contra (PPD/PSD e CDS-PP). -----

----- **5. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gondomar – Pedido de indicação de membro para substituição de eleito em sessão de 28-02-2014.** -----

----- Foram apresentadas duas propostas: Pelo Grupo Municipal do PS, designada por lista "A" e pelo Grupo Municipal da CDU, designada por lista "B", que adiante seguem. -----

*reunidos
1/ 15 votos*

3

O grupo municipal da CDU propõe para a substituição de eleito para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gondomar a cidadã **Cristina Alexandra Marques Nogueira**.

Breve nota biográfica:

Cristina Alexandra Marques Nogueira é educadora de infância. É licenciada e doutorada em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Tem um livro e vários artigos publicados em revistas científicas. Desde 1990 que exerce a sua atividade profissional como educadora de infância, estando neste momento destacada pelo Agrupamento de Escolas de Gondomar na Equipa Local de Intervenção de Gondomar do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância.

Gondomar, 24 de Fevereiro de 2015

Os eleitos da CDU,

Ivo Cepas
Joni Osh Lopes
Emília Ferreira
Paulo Silva Sousa

Aprovada 2/21 votos
em sessão de 24-02-2014

24.FEV 2015



GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA

(A)
[Handwritten signature]

Ponto 5 da Ordem de Trabalhos: COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE GONDOMAR - SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO ELEITO EM SESSÃO DE 28-02-2014

Tendo sido solicitada pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gondomar, a substituição da Senhora Dr.ª Carlota Teixeira, na qualidade de representante da Assembleia Municipal, o Grupo Municipal do Partido Socialista, propõe para sua substituição a seguinte cidadã:

- ANA MARIA CARDOSO LEMOS DA FONSECA, com Mestrado em Criminologia, residente na Rua Dr. Abel Salazar, 104, 4420-124 Gondomar.

Gondomar, 24 de fevereiro de 2015

b.o Grupo Municipal

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



24.FEV 2015

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- NELSON SOUSA (PSD) – Gostava que me explicassem porque é que vamos eleger uma pessoa para uma reunião que já se realizou, é que no ofício é referida uma reunião para o dia vinte e oito de janeiro, se estamos em fevereiro, face ao documento que tenho aqui eu pergunto qual é a utilidade disto. -----

----- ANTÓNIO VALPAÇOS (CDU) – Quero apelar a todos os deputados, que se poderem acolher a nossa proposta era positivo e apelar ao Partido Socialista. A cidadã que propomos, que é conhecida de alguns, já esteve nesta Assembleia Municipal em vários mandatos e tratando-se da comissão que se trata e estar destacada num grupo de escolas de Gondomar, numa equipa local de intervenção no sistema nacional na educação precoce na infância, acho que fazia todo o sentido. Acho que as questões destas comissões em alguns aspetos não são de cariz político, não apresentamos por apresentar, o sentido era de apelar à vossa consideração porque entendo que a nossa, reúne as condições para fazer um bom trabalho e em segundo lugar, uma vez que já foi eleita da Assembleia Municipal também saberá que uma vez eleita por este órgão, também fará chegar relatórios da atividade que vão fazendo. -----

----- FERNANDO CERQUEIRA (PS) – O Partido Socialista conhece bem a pessoa que indicou, não vai fazer qualquer modificação porque também não conhece a pessoa que a CDU indica, portanto a idoneidade está nas duas pessoas. O Partido Socialista é responsável por o que apresentou. Em relação à Senhora Deputada Carlota, ela foi eleita por esta Assembleia e depois também foi indicada pela Câmara e não tinha lógica estar a representar a Assembleia e estar a representar a Câmara, pediu a demissão deste órgão, esta comissão não se esgota numa reunião, pode haver já amanhã uma, a cidadã que for eleita terá muitas reuniões para fazer. ---



24.FEV 2015

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Só para tentar esclarecer as dúvidas dos Senhores Deputados. Este ofício que ai está não é um ofício da Câmara, é um ofício da CPCJ. A Dr^a Carlota era representante desta Assembleia Municipal na CPCJ, entretanto a Dr^a Carlota foi designada nessa comissão representante da Câmara Municipal, por essa via deixou de ser representante da Assembleia Municipal, ou seja, o lugar do representante da Assembleia Municipal na CPCJ ficou vago, por isso, é que a CPCJ oficiou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para proceder à tramitação adequada para a designação de novo representante deste Órgão (Assembleia Municipal) e é isto que está a acontecer. A Câmara Municipal é alheia neste ponto, a este ofício e ao que a Assembleia Municipal vai decidir. -----

----- PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – A questão da data da reunião que o Senhor Deputado referiu (28 de janeiro), nessa data era quase impossível estar alguém da Assembleia Municipal, porque o ofício deu entrada nos Serviços da Assembleia Municipal no dia vinte e sete de janeiro de dois mil e quinze, era impossível marcarmos uma Assembleia Municipal para a substituição da Dr^a Carlota. -----

----- VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – A CPCJ o que pretendeu, julgo eu, é que tinha uma reunião marcada para o dia vinte e oito de janeiro, enviou esta carta, tentando que no dia vinte e oito de janeiro tivesse sido designado o representante da Assembleia Municipal, é evidente que o órgão não se esgota nesta reunião. -----

----- VOTAÇÃO (escrutínio secreto): Lista “A” 21 votos; lista “B”, 15 votos, 1 voto branco e 1 voto nulo, tendo sido eleita a Senhora *Ana Maria Cardoso Lemos da Fonseca*. -----

24.FEV 2015



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

-----6. Informação do Presidente da Câmara – Alíneas b) e c) do n° 2 do artigo 25°, conjugado com o n° 4 do Artigo 35° da Lei n° 75/2013 de 12 de setembro (novembro, dezembro de 2014 e janeiro de 2015). -----

----- Assembleia tomou conhecimento. -----

----- C - Período de Depois da Ordem do Dia -----

----- Intervieram os Senhores munícipes: -----

----- *Joaquim Rosas*, residente na Rua da Cavadinha, em Fânzeres, da União das Freguesia de Fânzeres e S. Pedro da Cova, que se referiu a uma barreira de estacionamento, junto à Repartição de Finanças em Rio Tinto e a uma lixeira a céu aberto na zona onde reside. -----

----- *Moisés Sousa*, residente no Conjunto Habitacional do Monte Castro, que se referiu à necessidade de obras, no referido conjunto habitacional. -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal e o Senhor Vereador José Fernando Moreira, responderam às questões colocadas. -----

----- Esgotada a Ordem de Trabalhos, foi lida e aprovada por unanimidade a minuta da acta.

----- A sessão foi encerrada pelas 00 horas e 40 minutos, do dia 25 de fevereiro de dois mil e quinze. -----

O PRESIDENTE DA MESA,

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA,

A TÉCNICA SUPERIOR,